

N. F. Nº - 128984.0806/23-0
NOTIFICADO - ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S A CASAS PERNAMBUCANAS
NOTIFICANTE - RUI ALVES DE AMORIM
ORIGEM - DAT SUL / IFMT SUL / POSTO FISCAL BENITO GAMA
PUBLICAÇÃO - INTERNET 12/11/2024

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**ACÓRDÃO JJF Nº 0270-02/24NF-VD**

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA PARCIAL. AQUISIÇÃO INTERESTADUAL DE MERCADORIA. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO ANTES DA ENTRADA NO ESTADO. Nas aquisições interestaduais de mercadorias cabe ao destinatário efetuar a Antecipação Parcial do imposto, antes da entrada no Estado da Bahia, na hipótese de situação cadastral de descredenciamento. O sujeito passivo comprovou nos autos o recolhimento do tributo devido antes da ocorrência da ação fiscal. Infração insubsistente. Notificação Fiscal **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente relatório atende ao disposto no Decreto 7.629/99 (RPAF-BA/99), art. 164, inciso II, especialmente quanto à adoção dos critérios da relevância dos fatos e da síntese dos pronunciamentos das peças processuais.

Trata-se de Notificação Fiscal lavrada em 10/05/2023, no Posto Fiscal Benito Gama, com contribuinte cientificado em 01/04/2024, em que é exigido um crédito tributário no valor histórico de R\$ 9.021,28, acrescido de multa de 60%, equivalente a R\$ 5.412,77, no total de R\$ 14.434,05, em decorrência da constatação da *“falta de recolhimento de ICMS referente à antecipação tributária parcial, antes da entrada no território deste Estado, de mercadorias procedentes de outra unidade da Federação, por contribuinte que não preenche os requisitos previstos na legislação fiscal”*, infração **054.005.008**.

A descrição dos fatos registra a *“aquisição interestadual de mercadorias tributadas procedentes de outra unidade federada e destinadas a comercialização por contribuinte do Estado da Bahia, cuja inscrição encontra-se na situação de DESCREDENCIADO, por não atender os requisitos previstos na legislação tributária em vigor, e não ter sido efetuado o recolhimento do ICMS Antecipação tributária na entrada do território deste Estado, conforme DANFE nº 816365 a 816374, TOF 441452.1383/23-1”*.

O enquadramento Legal está no art. 332, inciso III, alínea “b” do RICMS-BA, aprovado pelo Decreto nº 13.780/12 c/c art. 12-A; art. 23, inciso III; art. 32 e art. 40 da Lei nº 7.014/96. Tipificação da Multa - art. 42, inciso II, “d” da Lei nº 7.014/96.

Constam nos autos: demonstrativo de débito, memória de cálculo, consulta da situação cadastral do contribuinte, histórico de pagamentos realizados (não localizados), DANFEs das NF-e nº 816365 a 816374, DACTE, DAMDFE, intimação do contribuinte (serviço DT-e), dentre outros documentos.

Foi lavrado o Termo de Ocorrência Fiscal nº 4414521383/231, em 09/05/2023, referente as mercadorias constantes nos DANFEs referenciados.

O contribuinte impugnou o lançamento, através de procurador. Após se qualificar, informou que a finalidade da impugnação era apresentar o comprovante de pagamento relativo a Antecipação Parcial dos DANFEs nº 816365 a 816373, recolhido no dia 08/05/2023, e o comprovante de pagamento da Substituição Tributária do DANFE nº 816374, recolhido na mesma data.

Em seguida, apresentou o detalhamento da guia de pagamento, demonstrando o valor do ICMS recolhido para cada nota fiscal, solicitando a baixa da Notificação Fiscal devido a apresentação dos documentos comprobatórios do recolhimento antecipado do ICMS devido na operação.

Anexou a peça defensiva os seguintes documentos comprobatórios: cópia do DAE e comprovante de pagamento do ICMS devido na operação com as notas fiscais de nº 816365 a 816373, no total de R\$ 6.738,33; comprovante de pagamento da GNRE referente ao pagamento da nota fiscal de nº 816374, no valor de R\$ 3.186,56.

Não consta informação fiscal no processo.

É o relatório.

VOTO

Inicialmente, cumpre registrar que a impugnação foi exercida no prazo regulamentar. O lançamento de ofício e o processo administrativo fiscal dele decorrente atendem as formalidades legais, não se inserindo em quaisquer das hipóteses do artigo 18 do RPAF-BA/99, para se determinar a nulidade do lançamento.

O contribuinte compareceu ao processo exercendo de forma irrestrita o direito de ampla defesa, abordando os aspectos da imputação que entendia lhe amparar, trazendo fatos e argumentos, que ao seu entender, sustentam suas teses defensivas, tendo exercido, sem qualquer restrição, o contraditório no processo administrativo fiscal.

Não foram trazidas questões preliminares ao presente debate, o qual se restringe a discussão de mérito sobre a falta de recolhimento do ICMS devido a título de antecipação tributária parcial, na comercialização interestadual de mercadorias destinadas a contribuinte em situação cadastral de “descredenciado”, por se encontrar inscrito em Dívida Ativa, situação que lhe obriga a recolher o imposto antes da entrada da mercadoria neste Estado da Federação, como disposto pelo art. 332, inciso III, alínea “b” do RICMS-BA/2012:

“Art. 332. O recolhimento do ICMS será feito:

III - antes da entrada no território deste Estado, de mercadorias procedentes de outra unidade da Federação ou do exterior, observado o disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo:

(...)

b) não enquadradas no regime de substituição tributária e destinadas à comercialização, relativamente à antecipação parcial do ICMS;

(...)”.

Em impugnação apresentada, o contribuinte anexou documentos comprobatórios do recolhimento antecipado do imposto devido na operação, referente aos DANFES das notas fiscais de nº 816365 a 816374, assim discriminado: cópia do DAE e comprovante de pagamento do ICMS devido na operação com as notas fiscais de nº 816365 a 816373, no total de R\$ 6.738,33; comprovante de pagamento da GNRE referente ao pagamento da nota fiscal de nº 816374, no valor de R\$ 3.186,56.

Detalhou a composição da guia de pagamento, demonstrando o valor do ICMS pago para cada nota fiscal, solicitando a baixa da Notificação Fiscal devido a apresentação dos documentos comprobatórios do pagamento da exação.

Corroborando com o demonstrado, foi realizada consulta aos controles da Sefaz, no qual consta o registro do pagamento do imposto, realizado em 08/05/2023, antes da lavratura da Notificação Fiscal em 10/05/2023, assim como da ciência do contribuinte em 01/04/2024, concluindo-se que o crédito tributário exigido na ação fiscal se encontrava adimplido pelo contribuinte no momento da ação fiscal.

SEFAZ BA: Intranet - Home P... x Email - Zilrisnaide Matos Fern... x : sefaz.ba : modelo x Pastados - OneDrive x

intranet.sefaz.ba.gov.br/scripts/arrecadacao/consulta_dae_emitido/dae_emitido.asp?seq_dae_emitido=2130278333

Dados do DAE emitido									
Seq dae emitido	2130278333								
Recosta	2176 - IOM - ANTECIPACAO PARCIAL								
Extensão documento	2 - Internet								
Documento sefaz	3 - Dae - documento de arrecadação estadual								
Município/UF	27400 - SALVADOR - BA								
Projeto	PIN - Projeto Internet / Descontar Juros								
Tipo referência	1 - Mês / Ano de Referência				Referência		5/2023		
Tipo documento origem					Documento Origem				
Inscrição estadual	182412750				Cnpj				
Código poder		Código secretário		Código unidade central					
Código poder destino		Código secretário destino		Código unidade central destino					
Código unidade orçamentária origem		Código unidade gestora origem		Código unidade orçamentária destino			Código unidade gestora destino		
Placa IPVA	Cota IPVA		Nota Fiscal						
Data de vencimento	06/05/2023		Data de pagamento	06/05/2023		Data atualização		06/05/2023 11:23:00	
Valor principal	6.736,33		Correção	0,00		Valor multa			
Acrescimos	0,00		Valor total	6.736,33					
Recosta acumulada			Compras Acumuladas						
Imposto devido			Dedução do imposto						
Código barras	808490006735813006525430508213027833121751938								
Inf. Complementares	O pagamento poderá ser efetuado em qualquer agente arrecadador credenciado. Pagável até: 06/05/2023 . Após esta data deverá ser emitido outro Dae com nova data máxima de pagamento. Emitido via: INTERNET NOTAS FISCAIS: 816365 // 816367 // 816368 // 816369 // 816368 816371 // 816370 // 816373 // 816372								

SEFAZ BA: Intranet - Home P... x Email - Zilrisnaide Matos Fern... x : sefaz.ba : modelo x Pastados - OneDrive x

intranet.sefaz.ba.gov.br/scripts/arrecadacao/consulta_dae_emitido/dae_emitido.asp?seq_dae_emitido=2130287519

Dados do DAE emitido									
Seq dae emitido	2130287519								
Recosta	2187 - ICMS SUBST TRIBUTARIA POR OPERAÇÃO COM INVEN								
Extensão documento	2 - Internet								
Documento sefaz	6 - Guia nacional de recolhimento estadual								
Município/UF	27400 - SALVADOR - BA								
Projeto	GNRE - Arrecadação da Guia Nacional Recolhimento Estadual								
Tipo referência	1 - Mês / Ano de Referência				Referência		5/2023		
Tipo documento origem	10 - Número da Nota Fiscal				Documento Origem		816374		
Inscrição estadual	182412750				Cnpj				
Código poder		Código secretário		Código unidade central					
Código poder destino		Código secretário destino		Código unidade central destino					
Código unidade orçamentária origem		Código unidade gestora origem		Código unidade orçamentária destino			Código unidade gestora destino		
Placa IPVA	Cota IPVA		Nota Fiscal						
Data de vencimento	06/05/2023		Data de pagamento	06/05/2023		Data atualização		06/05/2023 13:52:00	
Valor principal	1.106,56		Correção			Valor multa			
Acrescimos			Valor total	1.106,56					
Recosta acumulada			Compras Acumuladas						
Imposto devido			Dedução do imposto						
Código barras	958490000318856026431020010000000130287519008								
Inf. Complementares	O pagamento poderá ser efetuado em qualquer banco da rede arrecadadora. Após a data de validade deverá ser emitido outro guia. Emitido via: Internet.								

Posto isso, voto pela IMPROCEDÊNCIA da Notificação Fiscal.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, em instância ÚNICA, julgar **IMPROCEDENTE** a Notificação Fiscal nº 128984.0806/23-0, lavrada contra **ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S A CASAS PERNAMBUCANAS**.

Sala de Sessões Virtual do CONSEF, 05 de novembro de 2024.

JORGE INÁCIO DE AQUINO - PRESIDENTE

ZILRISNAIDE MATOS FERNANDES PINTO - RELATORA

JOSÉ CARLOS COUTINHO RICCIO - JULGADOR